



Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.<sup>a</sup>

(Orçamento do Estado para 2025)

### PROPOSTA DE ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Deputada Única abaixo assinada apresenta a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.<sup>a</sup>:

«Artigo 142.º-A

#### Programa Trabalhos & Competências Verdes

Durante o ano de 2025, tendo em vista o objectivo de assegurar um mercado de trabalho mais preparado e qualificado para fazer face aos desafios da transição para uma economia verde o Governo:

- a) Leva a cabo uma avaliação dos resultados do Programa Trabalhos & Competências Verdes, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2022, de 4 de outubro, nomeadamente sobre a adequação do respectivo conteúdo formativo às necessidades do mercado nacional e sobre a satisfação dos formandos e impacto do programa na respectiva carreira profissional;
- b) Procede à reformulação do referido programa, em termos que possibilitem alargar o número potencial de destinatários e passar a incluir os trabalhadores das entidades empregadoras, directa ou indirectamente, afectadas pela seca ou escassez hídrica e de sectores onde se perspectiva uma maior necessidade de reconversão de competências em profissões existentes, nomeadamente os sectores dos transportes e armazenagem, da captação, tratamento e distribuição de água, e de saneamento, gestão de resíduos e despoluição; e
- c) Garante a continuidade deste programa no decurso do ano de 2025.»

Palácio de São Bento, 15 de Novembro de 2024.

A Deputada Única,

Inês de Sousa Real



Objectivos:

A transição climática, decorrente das metas de neutralidade carbónica previstas no Acordo de Paris, no Pacto Ecológico Europeu e na Lei de Bases do Clima, implicará uma grande transformação na atividade económica com fortes impactos ao nível dos empregos, competências e formação, que para ser bem-sucedida e ser feita com justiça social deverá ter os seus impactos antecipados o máximo possível.

De acordo com um estudo recente levado a cabo por um conjunto de investigadores da Universidade do Minho, os chamados empregos verdes representam apenas 13,2% do emprego total em Portugal e estima-se a transição para uma economia de baixo carbono exigirá que o nosso país faça a requalificação de 150 mil trabalhadores e levará à criação de 42 mil novos postos de trabalho, maioritariamente nas áreas científicas, da energia e de consultadoria.

Estudos levados a cabo pelo ManpowerGroup revelam que 65% dos empregadores em Portugal estão atualmente a recrutar para empregos verdes ou planejam fazê-lo, contudo 81% destes empregadores afirmam ter dificuldades em encontrar profissionais qualificados para o efeito.

Um dos caminhos para fazer face a estes desafios e problemas passa pela aposta na formação profissional, e para o efeito o anterior Governo criou, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2022, de 4 de outubro, e da Portaria n.º 21/2023, de 6 de janeiro, o Programa Trabalhos & Competências Verdes / Green Skills & Jobs, sob égide do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Este é um programa que se apresenta com objetivos importante para a transição para uma economia de baixo carbono, dos quais se destacam a prevenção “do risco de desemprego e promover a manutenção dos postos de trabalho nas entidades empregadoras direta e indiretamente afetadas pelo aumento dos custos da energia”, a promoção “da reconversão e (re)inserção profissional de desempregados no âmbito da economia verde e a sua colocação em vagas identificadas junto das entidades empregadoras” e o objetivo de “dotar o mercado de trabalho de ativos com competências adequadas e que favoreçam um mais rápido ajustamento entre a oferta e procura de emprego na área da transição e eficiência energética”. O seu conteúdo formativo também se afigura relevante, com uma série de temáticas no âmbito da transição energética, que desenvolvem tais como a eficiência energética, a energia renovável, a eficiência hídrica, a mobilidade sustentável ou a economia circular.

Contudo, este programa apresenta-se com um conjunto de limitações estruturais que deveriam ser reponderadas. Por um lado, o âmbito dos destinatários deste programa

2



é demasiado limitado para a dimensão dos desafios decorrentes da transição climática, já que só abrange “trabalhadores das empresas e de outras entidades empregadoras, direta ou indiretamente afetadas pelo aumento dos custos de energia ou em processo de aceleração da transição e eficiência energética” e os “desempregados, com idade igual ou superior a 18 anos, inscritos no Instituto do Emprego e da Formação Profissional”. Por outro lado, este é um programa de vigência temporária (até 31 de dezembro de 2024, ainda que prorrogável) e excessivamente associada ao aumento dos preços da energia gerado pela guerra na Ucrânia e aos desafios da transição energética, ignorando por completo por exemplo o contexto de seca estrutural que o país vive e o impacto de fenómenos climáticos extremos em certos sectores de atividade.

Para o PAN a formação profissional destinada a alargar as competências verdes dos trabalhadores não pode ter um âmbito tão estreito como o deste programa, nem tampouco pode ser encarada como algo excecional ou pontual.

Por isso mesmo, com a presente proposta de alteração o PAN pretende que até ao final do corrente ano o Governo leve a cabo, por um lado, uma avaliação dos resultados do Programa Trabalhos & Competências Verdes / Green Skills & Jobs, nomeadamente sobre a adequação do respetivo conteúdo formativo às necessidades do mercado nacional e sobre a satisfação dos formandos e impacto do programa na sua carreira profissional.

Por outro lado, é essencial que, levando em conta os resultados da dita avaliação e procurando suprir a falta de competências verdes da mão-de-obra existente, o Governo proceda à reformulação do Programa Trabalhos & Competências Verdes/ Green Skills & Jobs, em termos que possibilitem alargar o número potencial de destinatários de modo a incluir os trabalhadores das empresas e de outras entidades empregadoras, direta ou indiretamente, afetadas pela seca estrutural/escassez hídrica que afeta o país, de sectores onde se perspetiva uma maior necessidade de reconversão de competências em profissões existentes – que de acordo com o mencionado estudo levado a cabo por um conjunto de investigadores da Universidade do Minho são os sectores dos transportes e armazenagem, da captação, tratamento e distribuição de água, de saneamento, gestão de resíduos e despoluição, e das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.